

PROCESSO DE TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NA ZONA RURAL

Lucas Mateus Quaresma dos Santos¹

Resumo: O artigo aborda a atuação da/o assistente social na zona rural, explorando a questão agrária no Brasil e sua relação com o Serviço Social. Utilizando o materialismo histórico-dialético, discute-se a formação sócio-histórica brasileira, o poder agrário e os movimentos sociais na luta pela reforma agrária. O Serviço Social desempenha um papel importante na mediação de conflitos e implementação de políticas públicas para fortalecer a agricultura familiar e reduzir a concentração fundiária. O estudo destaca a relevância da extensão rural para a transferência de conhecimento técnico e apoio às comunidades rurais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável. Deste modo, o Serviço Social, dentro de seu projeto ético-político, visa fortalecer a luta por direitos e justiça social no campo, promovendo intervenções que garantam o acesso a benefícios sociais e a elaboração de projetos sociais.

Palavras-chave: extensão rural; questão agrária; serviço social.

Abstract: The article discusses the work of social workers in rural areas, exploring the agrarian question in Brazil and its relationship with Social Work. Using historical-dialectical materialism, it discusses Brazil's socio-historical formation, agrarian power and social movements in the struggle for agrarian reform. Social work plays an important role in mediating conflicts and implementing public policies to strengthen family farming and reduce land concentration. The study highlights the importance of rural extension in transferring technical knowledge and support to rural communities, contributing to improving quality of life and sustainable development. In this way, Social Work, within its ethical-political project, aims to strengthen the struggle for rights and social justice in rural areas, promoting interventions that guarantee access to social benefits and the development of social projects.

Keywords: rural extension; agrarian question; social work.

¹ Graduando do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: <lucasmateus.quaresma.santos@gmail.com>.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho traremos reflexões sobre o processo de trabalho do/a assistente social na Zona Rural visando abordar sobre a questão agrária brasileira, partindo da análise da formação sócio-histórica brasileira. Destacando-se a fonte do poder agrário, cujo raiz está nos ciclos de acumulação desenvolvidos desde o período colonial, se perpetuando até os dias atuais e expressa-se na bancada ruralista. Trata-se de uma revisão de literatura, sob a perspectiva do materialismo histórico dialético, priorizando a abordagem sobre a formação sócio-histórica do país.

A temática deste trabalho situa-se no campo do Serviço Social, debatendo sobre a Questão Agrária a partir dos fundamentos teóricos e profissionais da área. O estudo para este artigo teve como base a leitura e análise crítica da realidade, destacando os principais aspectos da questão agrária, que ao ser objeto de intervenção do Serviço Social, apresentam demandas específicas e as mesmas ocasionam impactos significativos na formação do/a assistente social, na produção de conhecimento científico e no exercício da profissão.

A justificativa para esta atividade vem da necessidade de uma compreensão aprofundada sobre a questão agrária, principalmente no que diz respeito às desigualdades na zona rural e os desafios enfrentados pelas populações rurais. Essas questões são frequentemente nebulosas e mal compreendidas, tornando indispensável uma abordagem que destaque a relevância da intervenção do Serviço Social nesse contexto.

Vale ressaltar que alguns aspectos à investigação do Serviço Social ocorrem de forma mínima, tendo como exemplo a Questão Agrária e sua relação na formação e trabalho da/do assistente social, acaba sendo invisibilizada por outros debates como as manifestações urbanas. Contudo por volta dos anos 2000, o movimento de reconceituação do Serviço Social – movimento que ocorreu na América Latina, entre as décadas de 70 à 80, marcado pelo rompimento do conservadorismo e funcionalismo no Serviço Social, buscando uma compreensão mais crítica e politizada da realidade na profissão (NETTO, 2017) – adjunto aos movimentos sociais estarão ligados com a retomada dos debates acerca da zona rural, que ocorreram por investimento do Estado em políticas públicas financeiras e políticas sociais no campo, como exemplo de política financeira à agricultura

familiar tem-se Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e programas de transferência de renda a exemplo do Bolsa Verde.

A metodologia deste trabalho remete ao pensamento crítico, visto que através deste método os fatos, indivíduos, processos históricos, sociais, políticos e econômicos não podem ser interpretados separadamente, mas como um todo que constitui a realidade cotidiana (IAMAMOTO, 2007).

Tendo em conta o delineamento do objeto da pesquisa bibliográfica e documental, utilizou-se a abordagem qualitativa através de plataformas digitais como ABEPPS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), Periódicos CAPES e plataforma Sucupira, utilizando das palavras chaves: extensão rural; questão agrária ; serviço social, no recorte temporal de 2018-2023, resultaram em 13 trabalhos acadêmicos, que após a síntese do material literário, totalizaram oito trabalhos acadêmicos que serviram de base para o desenvolvimento deste artigo.

Este trabalho se dividirá em três tópicos, o primeiro tópico trata sobre debate sobre a figura do Estado segundo os interesses das classes dominantes, enquanto traz a discussão sobre as particularidades do campo brasileiro, o segundo tópico sobre a relação entre a questão social e questão agrária, atribuindo atenção ao trabalho da/o assistente social no processo de intervenção social na zona rural; em seguidas passaremos às considerações finais.

2. QUESTÃO AGRÁRIA

De acordo com Martins (1996), o termo Questão Agrária refere-se ao conjunto de problemas, tensões e conflitos relacionados à posse, uso e distribuição da terra, especialmente em áreas rurais. Ela envolve a luta pela reforma agrária, redistribuição de terras, concentração fundiária e a relação de poder entre latifundiários e camponeses. A questão agrária está enraizada nas desigualdades sociais e econômicas que afetam a estrutura fundiária de um país, impactando diretamente a produção agrícola e a vida dos trabalhadores rurais.

Pode-se afirmar que o território brasileiro faz do país um grande produtor de insumos agrícola, no entanto esta produção está voltada para atender às necessidades do mercado internacional. Ademais, a concentração de terras nas mãos

de um pequeno grupo voltada a especulação imobiliária, exemplifica espaços mínimos para continuidade de culturas que têm como objetivo principal o abastecimento do mercado interno, à exemplo da agricultura familiar.

Segundo Lisboa (2018) por meados do século XX, o Estado resolveu promover o que ficaria conhecido como Revolução Verde visando a modernização da agricultura do país, porém esta proposta seguia os ideais hegemônicos e empresarial do capitalismo trazidos pelo regime militar durante aquele período histórico político-econômico da guerra fria, propagando ideais modernizadores no campo através de novas tecnologias, agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas e maquinário agrícola, com a finalidade de contribuir nos processos de produção e manejo de alimentos. No entanto, tal conjuntura acarretou em impactos ambientais e sociais irremediável ao passo que ocorria favorecimento da concentração de terra, ocorrendo monoculturas e uso excessivo de agrotóxicos, causando desequilíbrios graves que são controlados artificialmente.

Esta acaba sendo a realidade do Brasil atualmente, enquanto uma minoria burguesa-elitista possui grandes quantidades de terras, parte da população não possuem nenhum pedaço de terra, e esta mesma parcela que não possuem terra, em diversos momentos históricos do Brasil, se uniram para lutar por elas, pois compreendem que o acesso a terra é um direito constitucional.

Dentre os grupos dos movimentos sociais do campo, podemos destacar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) criado durante o período da redemocratização, por volta de 1984, que luta pela terra e reforma agrária, que ao assentarem seus acampamentos criam uma nova forma de mobilização diferindo das demais formas de lutas adotadas anteriormente (SIGAUD, 2004).

Todavia, esta luta enfrenta muitos percalços, especificamente por afrontar um dos pilares base do capitalismo que é a propriedade privada, dessa forma tanto o MST quanto outras organizações de trabalhadores do campo, sofrem boicote do poder público em diversos setores, que não medem forças em diminuir e até mesmo parar a luta pela desconcentração fundiária, impedindo progresso dos trabalhadores nessas lutas.

3. SERVIÇO SOCIAL E EXTENSÃO RURAL

De acordo com Dias (2019), o termo Extensão Rural refere-se ao conjunto de atividades e serviços voltados para educação e apoio técnico a agricultores e comunidades rurais, incentivando a adoção de novas tecnologias, práticas sustentáveis e no desenvolvimento econômico na zona rural. Envolvendo a transferência de conhecimento técnico, capacitação em gestão, e a promoção de inovação agrícola para melhorar a produtividade e a qualidade de vida rural.

A extensão rural teve seus primeiros ensaios na Inglaterra por volta do século XIX e foi institucionalizada primeiramente pelos EUA no início do século XX, no Brasil durante o segundo quinquênio do século XIX foram publicados decretos que tratavam de ações voltadas à agricultura e pecuária, no entanto foram direcionados ao incentivo de pesquisas e a criação de centros e escolas de formação agrícola, engenharia agrônoma, médicos veterinários e zootecnistas, além da determinação para criação de fazendas voltadas a experimentos agropecuários tendo em foco ampliação da produção e escoamento.

Durante o período do Estado Novo (1937-1945) as ações previstas nos decretos anteriores continuaram a serem executadas, no entanto visavam atender as exigências políticas e econômicas a partir do pós-guerra e propenso a fortalecer à agro exportação e consolidar o capitalismo no Brasil, indo pelo caminho da acumulação capitalista, favorecendo uma parcela mínima da elite rural que acarretou numa concentração de poder e riqueza nas mãos dessa minoria.

Assim a massa de trabalhadores do campo, que já reivindicavam a reforma agrária começaram a organizar-se coletivamente através de sindicatos e da criação de associações de trabalhadores rurais sob influência do Partido Comunista e de outras organizações de esquerda que promoviam a luta o sistema latifundiário, diante deste cenário o Estado e as elites agrárias adotaram medidas de controle social (IANNI, 1968), um desses meios de controle social foi da utilização do Serviço Social, que empregava técnicas para conter uma provável insurgência dos trabalhadores rurais enquanto promovia uma “paz social” que mantivesse a estrutura rural tradicional, sendo este seu primeiro contato com a extensão rural.

Já na contemporaneidade do Serviço Social, a proposta está embasada em reconhecer que a partir da década de 1970, marcada pelo esgotamento do regime

ditatorial-militar e ressurgimento dos movimentos sociais, ocorre o movimento de reconceituação do Serviço Social Brasileiro, guiado pelo aprofundamento “das mediações entre as bases teóricas acumuladas e a operatividade do trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2007, pág. 52). No período dos anos 1970 ficou evidente que o cerne dessa questão de reformulação das bases teóricas, metodológicas e práticas do Serviço Social estava na relação entre a profissão e a realidade, que futuramente contribuiriam na construção da direção ético-política e da base teórico metodológica do Serviço Social Brasileiro. Entre às décadas de 1980 e 1990, onde o reconhecimento e a análise da realidade interligados ao movimento histórico da sociedade e da própria profissão tornam-se fundamentais na superação dos obstáculos enfrentados, manifestados nos estratagemas do teorismo, do politicismo e do funcionalismo.

Portanto, fundamentado pelo viés do projeto ético político que o Serviço Social deve exercer sua autonomia relativa tendo por objetivo o fortalecimento das políticas públicas, na defesa dos direitos da classe trabalhadora do campo. Dentro de um contexto de extensão rural com lacunas e estrutura fundamentada em uma matriz tradicionalista que faz parte do projeto burguês neoliberal, as (os) assistentes sociais assumem a função de encaminhar benefícios sociais vinculados às políticas públicas de seguridade social, além de atuarem na assessoria para a elaboração de projetos sociais e produtivos, bem como na promoção de parcerias entre as comunidades e as prefeituras, objetivando a implementação de políticas sociais nos assentamentos.

Para além disto, este profissional pode desempenhar elaboração e gestão de projetos, pode auxiliar na formulação de projetos sociais que atendam as demandas da população rural, mediação de conflitos agrários em zonas de conflitos por terra, atuando como mediador viabilizando o diálogo entre as partes envolvidas.

No campo da mobilização e articulação social, a/o assistente social atuando adjunto aos movimentos sociais rurais, pode fortalecer a organização comunitária e a participação social propiciando autonomia e protagonismo das populações rurais, prestando e elaborando serviços de assistência a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, atuando em conjunto as famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo acesso a benefícios e serviços sociais como saúde, educação, programa bolsa verde, programa minha casa minha vida rural, Cisternas - Programa Água para Todos, entre outros.

Tais práticas profissionais se alinham as atribuições e competências previstas no Código de Ética do/a Assistente Social (1993) onde tem-se como princípios o compromisso com a justiça social, a defesa de direitos humanos e a busca por uma sociedade mais justa e equitativa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A priori, buscou-se refletir sobre o processo de trabalho da/o assistente social na zona rural, ressaltando a complexidade da questão agrária brasileira e o papel fundamental que o Serviço Social pode desempenhar na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, tendo em vista o cenário de concentração de terras e predominância do agronegócio, estimulado por interesses hegemônicos neoliberais, têm provocado desigualdades sociais significativas além de impactos ambientais irreversíveis.

Desta maneira, a prática profissional do Serviço Social, ao focar em fortalecer um modelo alternativo de produção agrícola, oposto ao agronegócio imposto pelo grande capital e sua obsessão no aumento da taxa de lucros, abre caminho para o fortalecimento da reforma agrária. Essa reforma se torna o centro dos debates, o que é fundamental para compreender o contexto de apropriação de terras no Brasil e conhecer a luta e organização dos trabalhadores pelo direito à terra. Essas discussões envolvem críticas e defesas sobre o desenvolvimento da produção dos assentados e das empresas rurais modernizadoras, que, por deterem maior capital, perpetuam formas de exploração, disto isto a forma de atuação das/os profissionais devem estar alinhada ao projeto ético-político comprometido com a transformação social e a defesa dos direitos dos trabalhadores do campo.

Dado exposto, compreende-se que o fortalecimento de modelos alternativos para produção agrícola e o apoio as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar são fundamentais no processo de reversão das concentrações de terra e poder atuais. O Serviço Social, por meio da prática profissional, deve continuar a promover uma compreensão crítica das questões agrárias e no desenvolvimento de políticas públicas mais justas e inclusivas na zona rural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mda>.

BRASIL. **Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e competências.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Políticas de assistência social no Brasil: Inclusão social e direitos humanos no campo**.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

DIAS, Marcelo Miná. Extensão Rural: conceitos e características atuais. Academia.edu, 2019. Disponível em: < [Extensão rural: conceitos e características atuais | Marcelo Miná Dias - Academia.edu](#) >.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed, São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Octavio. **A Luta pela Terra: História Social da Terra e da Luta pela Terra numa Área da Sociedade de Classes**. Rio de Janeiro, 1968.

LISBOA, Maria Flávia Andrade Araújo. **O Serviço Social na extensão rural: tensões e contradições**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores/es em Serviço Social, nº16, 2018. Vitória-ES. Artigo. Periódicos UFES, 2019. Disponível em: O SERVIÇO SOCIAL NA EXTENSÃO RURAL: TENSÕES E CONTRADIÇÕES | Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ufes.br).

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 1996.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. Cortez Editora; 1ª edição, 30 agosto 2017.

SIGAUD, L. **Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil**. Cuadernos de Antropología Social, 2004.